



03/09/2020 21:18 - Localização da ponte Brasil-Bolívia é discutida em reunião com representantes dos dois países em Brasília



A localização da ponte que vai interligar o Estado de Rondônia à Bolívia e que foi alvo de intensas discussões nas últimas semanas obteve o posicionamento formal do governo boliviano na última quarta-feira (2).

As informações foram encaminhadas durante reunião entre o governador do Estado, coronel Marcos Rocha, o encarregado de Negócios do país, Wilfredo Rojo Parada, e a deputada federal Mariana Carvalho, em Brasília.

O representante boliviano Wilfredo Parada explicou que recebeu de seu país a incumbência de explicar a melhor geolocalização para a obra. Segundo ele, há um ponto de confluência comercial estabelecido há décadas entre dois municípios que possuem várias afinidades, que são Guayaramerín (Bolívia) e Guajará-Mirim (Brasil). “As duas

localidades aguardam esta ligação há muito tempo e já possuem uma infraestrutura importante que pode alavancar muito o desenvolvimento mútuo”, pontuou.

O governador informou que este é um pedido recorrente da população do Estado e que os dois lados podem caminhar juntos na definição da localização, mas deixou claro que a melhor saída é a construção da ponte binacional por Guajará-Mirim.

A ligação entre os dois países por Costa Marques, também foi mencionada, entretanto, os governos de Rondônia e da Bolívia concordam que uma ponte saindo de Costa Marques vai conectar a uma localidade boliviana sem infraestrutura correta e que vai precisar de muito mais recursos dos dois países.

“Neste momento, todos os esforços do Brasil e Bolívia são no foco da agenda da construção por Guajará-Mirim e vamos continuar até a inauguração. Costa Marques pode receber quem sabe no futuro outro projeto”, finalizou Marcos Rocha.

Os participantes solicitaram a articulação da deputada federal Mariana Carvalho, que se prontificou em auxiliar no andamento do processo da construção da ponte. Mariana agradeceu o empenho que a Bolívia teve com os brasileiros estudantes de medicina, que precisaram sair do país durante a pandemia.

TRATADO DE PETRÓPOLIS

O Tratado de Petrópolis foi firmado em 17 de novembro de 1903 no município que lhe dá o nome e formalizou a permuta de territórios entre Brasil e Bolívia — uma faixa de terra entre os rios Madeira, o rio Abunã do Brasil para a Bolívia — e o território do atual Acre da Bolívia para o Brasil. O governo brasileiro também se comprometeu a construir a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) para da trânsito às trocas comerciais bolivianas pelo rio Amazonas.

No acordo, o governo brasileiro obrigou-se a pagar à Bolívia a quantia de 2 milhões de libras esterlinas (cerca R\$ 1 bilhão a preços) para indenizar a Bolivian Syndicate, um consórcio de investidores estadunidenses, pela rescisão do contrato de arrendamento, firmado em 1901 com o governo boliviano.

Esse contrato foi motivado pela dificuldade do Governo da Bolívia ocupar o atual território do Acre ante à crescente invasão do seu território por brasileiros.

Com a iminente construção da ponte binacional debatida desde a assinatura do Tratado de Petrópolis, o acordo intermediado na época, pelo então ministro do Exterior, Barão do Rio Branco, foi lembrado que o Brasil promoveria uma maior integração internacional com o país andino, por este perder suas fronteiras marítimas. Neste sentido, além de várias cláusulas internacionais assinadas na cidade serrana de Petrópolis (RJ), nos anos seguintes foram encaminhados projetos para a construção desta ligação terrestre.

Participaram também da reunião, o secretário-chefe da Casa Civil, José Gonçalves da Silva Júnior, o superintendente Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura (Sedi), Sérgio Gonçalves da Silva, o secretário-chefe da Casa Militar, coronel PM Valdemir Carlos de Góes e o superintendente de Integração do Estado de Rondônia em Brasília, Augusto Leonel.

Fonte: Secom - Governo de Rondônia

Notícias RO